

REGULAMENTO DA AVALIAÇÃO DE PROFICIÊNCIA

Reedita a regulamentação da Avaliação de Proficiência após análise e revisão dos termos, Portaria anterior com data de 10 de abril de 2013.

A Presidente do Conselho Superior da Faculdade Batista de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, e considerando o Regimento Interno da Instituição, após análise e revisão do processo de Regulamentação da Avaliação de Proficiência, Resolução CA/FBMG no, 30 de agosto de 2010, RESOLVE:

Art. 1º Os conhecimentos e experiências anteriores, tanto acadêmicas quanto profissionais, adquiridas pelos alunos e comprovados, e que estejam relacionados com o perfil do egresso do curso, podem ser objeto de avaliação de estudos.

Art.2º Institui-se a “Avaliação de Proficiência” como o instrumento avaliativo oficial, constituída para esta finalidade.

§ 1º A “Avaliação de Proficiência” constará de uma prova de 100 (cem) pontos e será organizada com questões abertas ou discursivas e objetivas ou fechadas. A distribuição dos pontos da “Avaliação de Proficiência” deverá de, no máximo, 40 (quarenta) pontos para as questões abertas, e 30 (trinta) para as objetivas. Os 30 (trinta) pontos restantes ficarão a critério do professor;

§ 2º Para a “Avaliação de Proficiência” está vedada consulta de material (caderno, livros e xerox de texto) e quaisquer equipamento eletrônico (Celular, Laptop, tablet, Smartphone, entre outros);

Art. 3º O conteúdo a ser avaliado deverá necessariamente constar do Projeto do Curso e/ou Plano de Ensino vigente da disciplina, inclusive a parte prática, quando houver.

Art. 4º O(a) aluno(a) somente poderá se submeter à avaliação uma vez em cada disciplina, não ultrapassando um total de 06 (seis) disciplinas até a conclusão do curso.

Art. 5º A FBMG oportunizará uma vez a cada semestre letivo a oferta dessa modalidade de avaliação, conforme calendário acadêmico.

Parágrafo Único: A possível alteração de datas e/ou oferta em outra oportunidade em virtude de demandas específicas acerca deste procedimento será objeto de apreciação da Direção da FBMG, por meio da aprovação de requerimentos para esse fim;

Art. 6º São requisitos para que o aluno possa submeter-se à avaliação de proficiência:

- I. Estar regularmente matriculado na disciplina em que requer o Exame de Proficiência;
- II. Atender ao Art. 4º dessa resolução;
- III. Não ter sido reprovado na disciplina na FBMG;
- IV. Protocolizar inscrição nos prazos previstos no calendário acadêmico;
- V. Pagar a taxa requerida para o encaminhamento do processo.

- VI. Apresentar documentação comprobatória dos conhecimentos adquiridos, embasando o requerimento, sua análise e deferimento, até o término do período de inscrição, tais como:
- a) Certificado de participação em seminários, congressos, cursos livres e de extensão, com temática e conteúdo semelhantes ou equivalentes aos da disciplina a ser examinada;
 - b) Declaração de experiência profissional/ministerial na área do conhecimento específico em que requer a avaliação;
 - c) Outras formas de comprovação do conhecimento e/ou experiência, tais como aprovação em concursos públicos (com conteúdo semelhante ou equivalente) testes, provões, pesquisas desenvolvidas na área, dentre outros.

Art. 7º Cabe à Coordenação do Curso:

- I. Examinar se o(a) aluno(a) preenche os requisitos para a aplicação do Exame de Proficiência e divulgar o deferimento dos processos conforme calendário acadêmico;
- II. Organizar a aplicação da avaliação em data definida no calendário, divulgando ainda o local, horário e duração do exame aos alunos inscritos;
- III. Tornar pública a forma de realização do Exame de Proficiência e demais orientações cabíveis, caso apresentem características especiais;
- IV. Intermediar o recebimento do resultado do Exame de Proficiência
- V. Receber toda a documentação prevista do Art. 6º, Inciso V, “a”, juntamente com o Parecer encaminhá-los à Secretaria Geral;
- VI. Elaborar um Parecer, em requerimento protocolado, divulgando e encaminhando-o à Secretaria Geral para os devidos registros acadêmicos, dentro do prazo estabelecido no calendário escolar.

Art. 8º Cabe ao Professor/Examinador:

- I. Seguir as normas e orientações previstas para o Exame de Proficiência e para a disciplina a ser avaliada;
- II. Atribuir nota na escala de 0 (zero) a 100 (cem), sendo aprovado o (a) aluno(a) que alcançar o mínimo de 60 (sessenta) pontos;
- III. Informar à Coordenação de Curso o resultado da avaliação, para divulgação, dentro do prazo estabelecido no calendário escolar;
- IV. Devolver ao Coordenador do Curso toda a documentação utilizada no Exame de Proficiência;

Art. 9º A Secretaria Geral se responsabilizará pelo lançamento do registro acadêmico, fazendo constar nota e aprovação no histórico escolar e demais documentos de acompanhamento discente.

Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

Belo Horizonte, 22 de julho de 2019
MARIA LUCIMARY LAGE SILVA